

Fredie Didier Jr.

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL

**esboço de uma teoria para o
Direito brasileiro (arts. 67-69, CPC)**

2020



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

1166604

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Cendi Coelho (cendicoelho@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

Este livro é resultado do grupo de pesquisa "Transformações nas teorias sobre o processo e o Direito processual", vinculado à Universidade Federal da Bahia e cadastrado no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do CNPQ (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7958378616800053). Esse grupo é membro fundador da "ProcNet – Rede Internacional de Pesquisa sobre Justiça Civil e Processo Contemporâneo" (<http://laprocon.ufes.br/rede-de-pesquisa>).

C778 Cooperação Judiciária Nacional –Esboço de uma Teoria para o Direito Brasileiro / Fredie Didier Jr. – Salvador: Editora JusPodivm, 2020.
128 p. (Ensaio)

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3285-9.

1. Organização Judiciária. 2. Cooperação Judiciária. 3. Direito Processual.
I. Didier Jr., Fredie. II. Título.

CDD 341.41

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

I. Premissas

1. Conceito de norma jurídica processual	19
2. Fontes da norma jurídica processual	20
3. Conceito de fato jurídico processual	31
4. Negócio jurídico processual	34
5. Protocolos institucionais.....	39
6. Princípios da tipicidade da competência e da indisponibilidade da competência. Regra da inexistência de vácuo de competência.....	41
7. Princípio da competência adequada.....	42
8. <i>A translatio iudicii</i>	48
9. Princípio da eficiência	50

II. Cooperação judiciária nacional

1. Introdução: conceito, dever de cooperação judiciária e relação com as normas fundamentais	61
2. Breve histórico.....	64
3. Outras fontes normativas da cooperação judiciária nacional: a Recomendação n. 38/2011 do Conselho Nacional de Justiça, as leis estaduais e os regimentos internos dos tribunais	68

4.	Abrangência das normas sobre cooperação judiciária nacional: processos eleitoral, trabalhista, penal e administrativo	71
5.	Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação	72
6.	Atipicidade da cooperação: atipicidade de instrumentos e de atos	73
7.	Tipos de cooperação	75
	7.1. Cooperação por solicitação	75
	7.2. Cooperação por delegação	76
	7.3. Cooperação por concertação	77
8.	A subsidiariedade do uso das cartas como instrumentos de cooperação judiciária. A disciplina normativa das cartas como parâmetro para a solução de problemas dogmáticos da cooperação judiciária nacional	78
9.	Pedido de cooperação: a cooperação solicitada	79
10.	Cooperação por delegação	81
	10.1. Noção e características	81
	10.2. Distinções	83
11.	Atos concertados: a cooperação negociada	84
	11.1. Generalidades e legitimidade para celebração	84
	11.2. Objeto da concertação	87
	11.2.1. Consideração introdutória	87
	11.2.2. Alguns possíveis objetos de atos de concertação: a lista de exemplos do § 2º do art. 69 do CPC	89
	11.2.2.1. Prática de citação, intimação ou notificação de ato (art. 69, § 2º, I, CPC)	89

11.2.2.2. Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos (art. 69, § 2º, II, CPC). A conexão probatória.....	90
11.2.2.3. Efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas e para facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial (art. 69, §2º, IV e V, CPC)	91
11.2.2.4. A centralização de processos repetitivos (art. 69, §2º, VI, CPC).....	92
11.2.2.5. Execução de decisões judiciais (art. 69, §2º, III e VII, CPC).....	96
11.3. Ato concertado como hipótese de modificação de competência	98
12. Cooperação judiciária e sistema da <i>translatio iudicii</i>	105
13. A compulsoriedade da cooperação judiciária.....	105
14. Síntese do modelo brasileiro de cooperação judiciária nacional.....	108
 Anexos	
I. Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Civis sobre cooperação judiciária	111
II. Recomendação n. 38/2011 do Conselho Nacional de Justiça.....	113
 Bibliografia	118